



CENTRO DE GESTÃO AGRÍCOLA DE BARCELOS



CENTRO
DE GESTÃO
AGRÍCOLA
DE BARCELOS

INAUGURADO A 16-10-1988
POR SUA EX.ª SR. MINISTRO
DA AGRICULTURA
ENG. DUARTE SILVA

REMODELADA INAUGURADA
A 14-10-2003 PELO SR.
PRESIDENTE DA CABAÇA
DE BARCELOS SR. FERNANDO TEIXEIRA
E PELO EX. SR. DIRECTOR
DA D.R.A.E.D.M.
ENG. CARLOS DUARTE









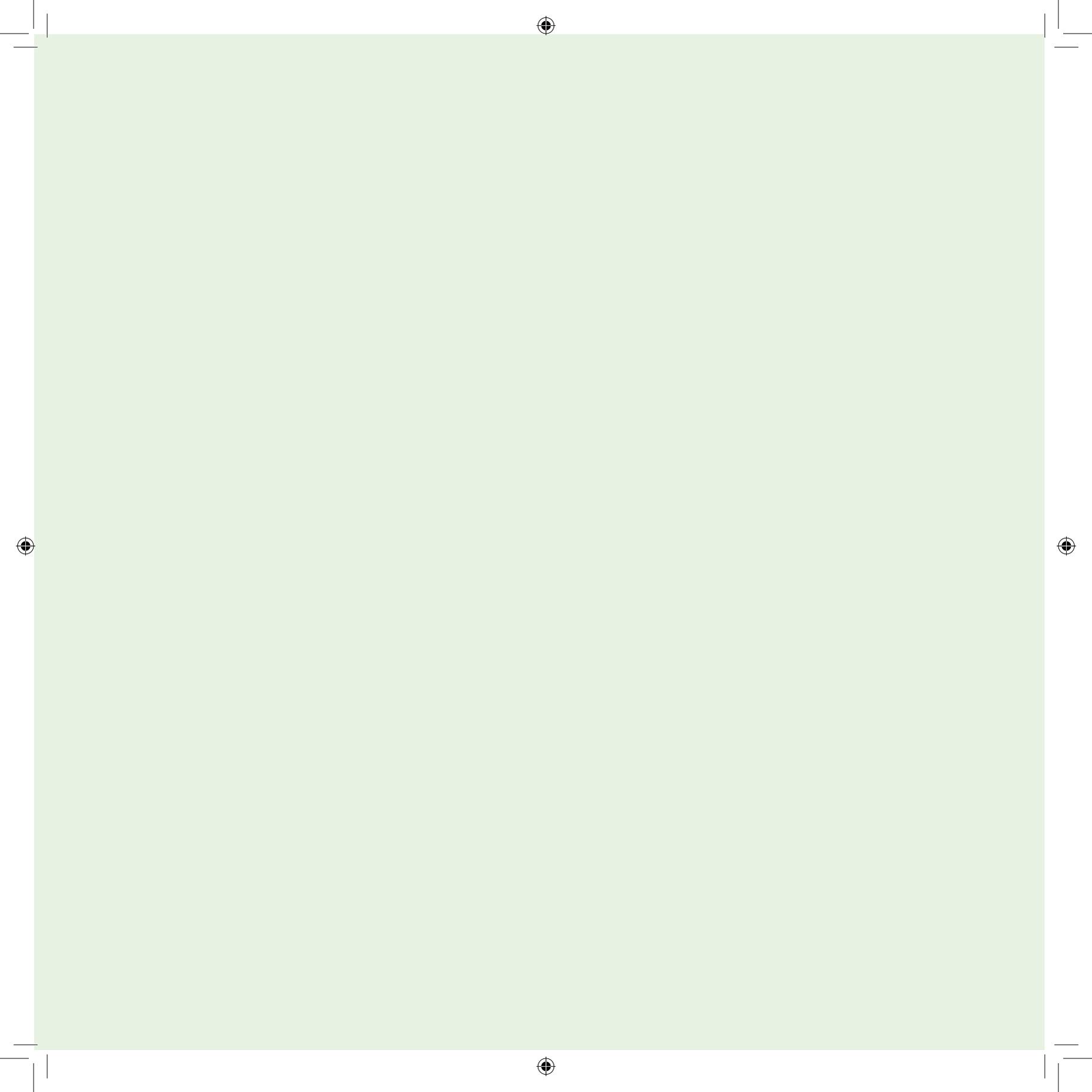
edição

design
edgeriver.pt



Índice

- 7 **Uma Viagem em Imagem**
- 33 **25 Anos**
- 49 **Estudo**



**UMA VIAGEM
EM IMAGEM**



1988

FORMAÇÃO CGAB



1989

VISITA DE ESTUDO AO ALGARVE



1993

ALMOÇO E ENTREGA DE DIPLOMAS Bombeiros de Barcelos



1998

ALMOÇO



1999

ALMOÇO Debate "Que Futuro na Agricultura?"



1999

VISITA A ODEMIRA



1999

PROTOCOLO RURAL SEGUROS



2000

ALMOÇO Mostra de Produtos Regionais



2001

As Árvores Morrem de Pé Grupo Teatro Fatias de Cá - Biblioteca de Barcelos



2001

ALMOÇO E GINCANA DE TRACTORES



2002

FEIRA DE SILLEDA Santiago de Compostela



2002

ALMOÇO CONVÍVIO



2003

ALMOÇO E REMODELAÇÃO DAS INSTALAÇÕES



2003

OPERADORES DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS



2004

ALMOÇO SEMINÁRIO "Europa, Que Futuro Para o Sector Agrícola e Florestal"



2005

ALMOÇO



2005

CURSO DE AGRICULTURA BIOLÓGICA



2005

FORMAÇÃO



2005

ASSEMBLEIA



2005

VISITA JOSÉ SEGURO PS



2005

VISITA FILIPE MENEZES



2006

ALMOÇO AUTO DA BARCA DO INFERNO PELA CAPOEIRA



2006

PALESTRA VACARIAS S. BENTO MENNI



2005

FEIRA ASSOCIATIVISMO



2007

TOMADA DE POSSE



2007

ALMOÇO



2008

ALMOÇO FUNDADORES 20 ANOS



2008

ALMOÇO



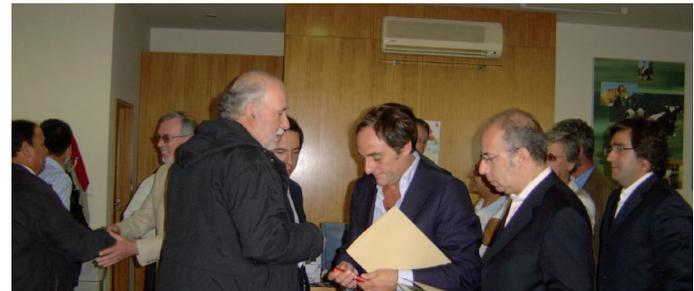
2008

JORNADAS



2008

VISITA PAULO PORTAS



2008

SILED



2º PREMIO: CENTRO DE GESTÃO AGRÍCOLA DE BARCELOS Barcelos - Portugal

Recepção de candidaturas ao Pagamento Único
Lacteas
Energía verde
Protección integrada e reserva nacional da cuota leiteira
NIRB - Sistema Nacional de Identificación e Rexistro de Bovinos.

3º PREMIO: VILAMEITIDE, S.L.



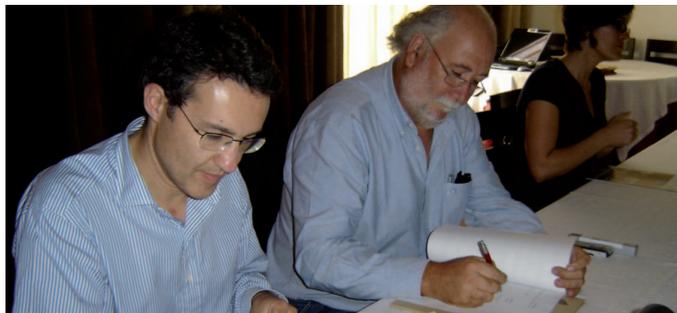
2009

PALESTRA ENERGIAS RENOVÁVEIS



2009

PROTOCOLO AGROBIO



2009

ALMOÇO



2010

TOMADA DE POSSE



2011

MAGUSTO



2011

ALMOÇO



2011

CARNAVAL CGAB 1º Prémio



2011

ALMOÇO



2012

VISITA DEPUTADOS PSD



2012

COLÓQUIO



2012

MAGUSTO CGAB



2012

ALMOÇO





25
ANOS



1 INTRODUÇÃO

A presente publicação tem como objectivo principal informar e traçar uma caracterização global daquilo que foi e é o Centro de Gestão Agrícola de Barcelos (CGAB), enquanto Associação de Empresários Agrícolas, assim como entidade prestadora de serviços no quadro da Contabilidade, Gestão e Fiscalidade da Empresa Agrícola e actividades conexas.

Cientes da evolução sofrida pelo ambiente que nos rodeia e num esforço de correspondermos às exigências dos nossos associados, passamos a poder dar resposta às empresas que possuam ou devam possuir Contabilidade Organizada.

Alertados igualmente para os grandes desafios a que a empresa agrícola está sujeita diariamente, apostamos na Formação Profissional, no Intercâmbio de experiências do mundo rural e na Informação, através da distribuição, junto dos nossos associados, de um boletim informativo.

É com o intuito de colaborar para o desenvolvimento do sector agrícola, através do apoio directo ao agricultor, que delineamos e continuaremos a traçar a nossa estratégia. Certos do reconhecimento que de todos merecemos, pelo trabalho que desenvolvemos, estamos convencidos que muito ainda há a fazer, pelo que, cada vez mais, a nossa existência reforça o seu sentido.

1.1 | Historial do Centro de Gestão

Aos vinte e oito dias do mês de Janeiro de 1988, foi celebrada a escritura de Constituição da Associação “Centro de Gestão Agrícola de Barcelos”, na sequência da necessidade sentida por um grupo de Empresários Agrícolas da existência de uma estrutura que permitisse introduzir a Contabilidade de Gestão nas Explorações Agrícolas e capaz de prestar todo um tipo de serviço que até então era inexistente, como ficou patente na designação do objecto principal:

Elaborar o estudo económico das empresas dos seus associados;

Prestar o respectivo concelho de gestão individual;

Elaborar os planos da exploração;

Promover a valorização humana, social e técnica dos seus associados;

Contribuir para o desenvolvimento agrícola global da área onde se insere;

Aplicar e difundir as Técnicas de Gestão e Contabilidade Agrícolas mais adaptáveis à região.

Na Escritura de Constituição foram os outorgantes:

Miguel António Dias do Vale Miranda;

José Rodrigues de Castro;

Américo Gonçalves da Cunha;

Joaquim Celestino Vasconcelos Senra;

José Senra Campelo;

António Luís Rodrigues Novais;

Abílio Mariz da Pena;

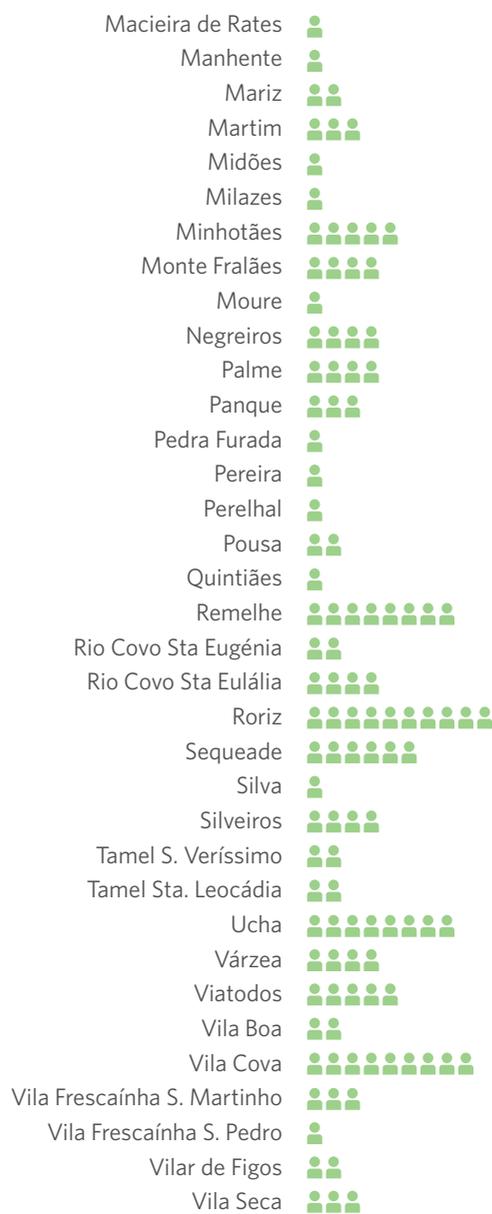
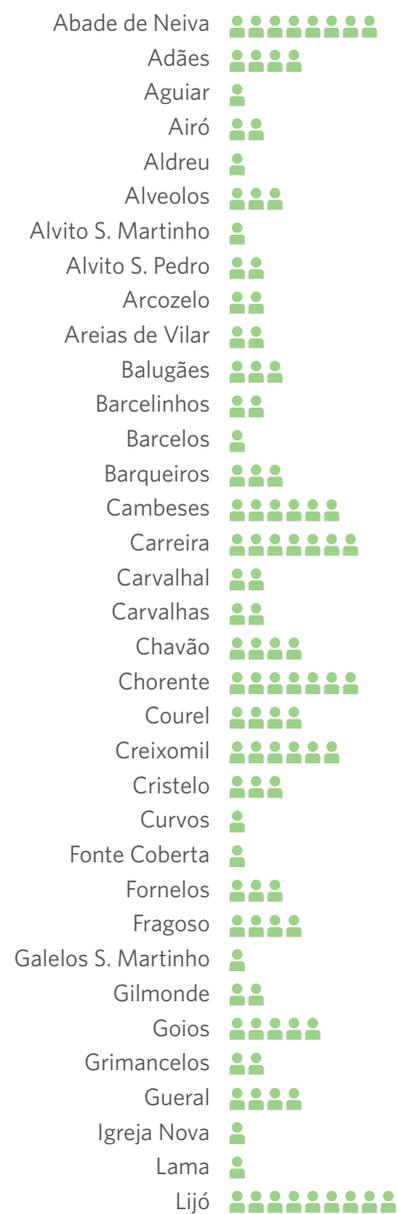
António José Pereira Ferreira;

José Manuel Campos Lemos;

Manuel Araújo da Costa;

José Ferreira Campos

DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS POR FREGUESIA

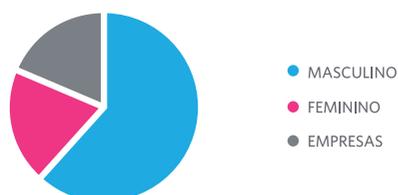


DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS FORA DO CONCELHO DE BARCELOS



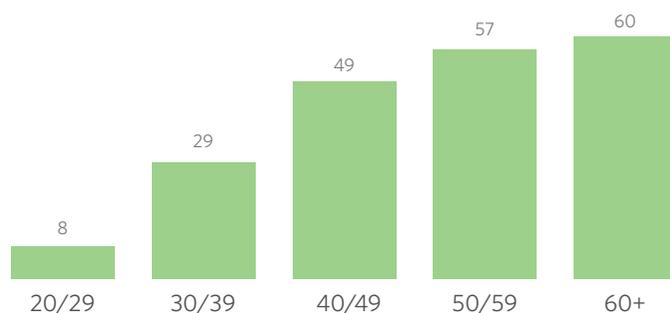
2.2. Caracterização dos sócios

Na distribuição dos sócios por sexo, constatamos que 154 (62%) são do sexo masculino, 49 (20%) do sexo feminino e 46 (18%) sociedades. É de referir que, nos últimos anos, os sócios do sexo feminino e as sociedades têm aumentado significativamente em relação aos sócios do sexo masculino.



DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS POR SEXO

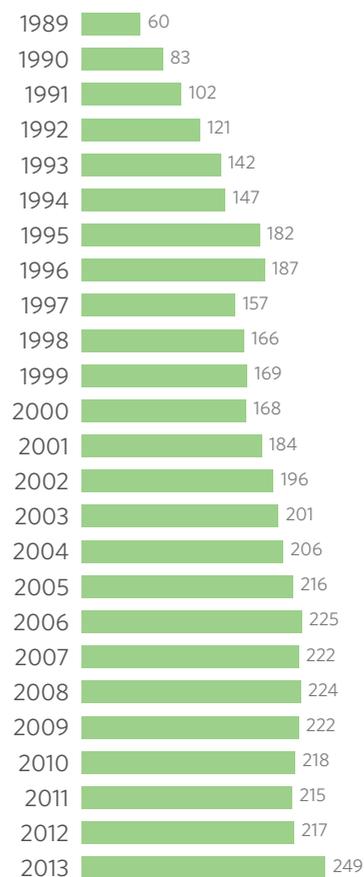
No gráfico que se segue, dá-nos a divisão dos sócios por classes de idade, podemos facilmente ver que a classe que tem mais idade é a dos maiores de 60 anos de idade, surgindo de seguida a classe dos 50/59 anos de idade, sendo a classe dos 20/29 a que menos sócios representa.



DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS POR CLASSES ETÁRIAS

De seguida passamos, ao gráfico que nos mostra a evolução do nº de sócios do Centro de Gestão, onde se verifica um aumento do nº de sócios de 1989 a 1996 e uma estabilização entre 1998 e 2000.

A partir de 2001 houve um aumento até 2010, tendo-se mantido com poucas oscilações até 2012. Em 2012, no CGAB existiam 217 sócios. Actualmente, já são 249 sócios.



EVOLUÇÃO DO CGAB / Nº DE ASSOCIADOS

SÓCIOS HONORÁRIOS



Podem ser admitidos como sócios honorários, pessoas singulares ou colectivas que tenham mantido nos últimos três anos fortes vínculos à agricultura.

Estes associados mediante o pagamento de uma quota mensal terão todos os direitos sociais em vigor, beneficiando de serviços do centro para pequenas tarefas burocráticas e administrativas. Porém, não podem eleger nem ser eleitos para cargos sociais.

Entre 2004 e 2007 houve um aumento destes sócios tendo caído a partir de 2007, aumentando um pouco em 2010, mantendo até 2012.

No ano de 2013 houve um aumento muito significativo do número de sócios honorários. Isto deveu-se ao facto de os pequenos agricultores se terem que colectar, mesmo que só tenham subsídios agrícolas. Neste momento temos 158 sócios honorários.

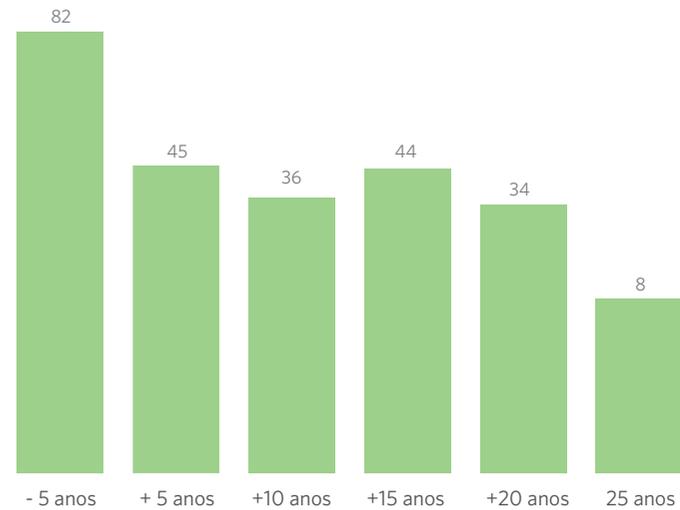
Numa análise geral, concluímos que pelo CGAB passaram 705 sócios ao longo destes 25 anos tendo saído apenas 301.

De seguida, temos um gráfico que representa a distribuição dos sócios honorários pelas freguesias do concelho de Barcelos. As freguesias que se destacam são Abade Neiva e Viatodos com 8 e 7 sócios respectivamente. Depois temos Vila Seca e Creixomil com 6 sócios honorários cada. Fora do Concelho de Barcelos não existem sócios honorários.

DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS HONORÁRIOS POR FREGUESIA



Pelo tempo de inscrição verificamos, que temos 45 sócios há mais de 5 anos, seguido de 44 sócios inscritos há mais de 15 anos e 34 sócios inscritos há mais de 20 anos. Actualmente, conseguimos manter 8 dos 11 sócios fundadores do CGAB.



DISTRIBUIÇÃO DOS SÓCIOS PELO TEMPO DE INSCRIÇÃO

3 ACTIVIDADES ECONÓMICAS DOS ASSOCIADOS

3.1 | Produções

As produções foram divididas em sete actividades, desta forma, consideradas:

Leite - Leite produzido

Recria - Recria de Bovinos

Hortícolas

Frutas

Flores - Produção de Flores

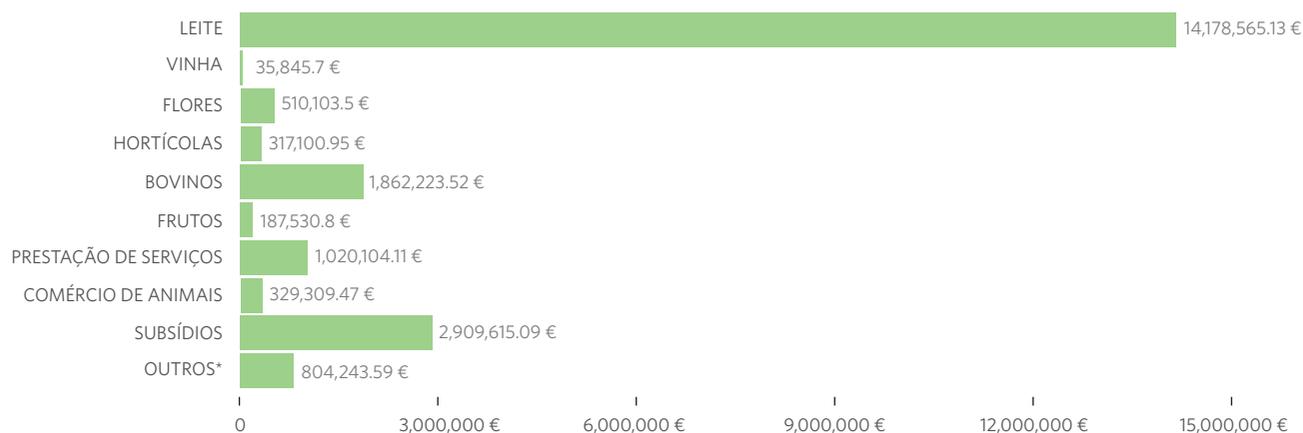
Vinha - A Produção é dada em kg de vinho

Comércio de animais

Prestações de Serviços

Outros - nesta categoria englobamos os sócios que desenvolvem mais do que uma actividade, o comércio de máquinas agrícolas, os cereais e outras actividades que não estão directamente ligadas à agricultura.

O presente gráfico mostra-nos que a produção/ano mais significativa é o leite, aproximadamente 14.178.565,13 euros, seguida da recria de bovinos com 1.862.223.52 euros. Não se considerou a produção de silagem, uma vez que esta se destina exclusivamente para auto utilização. Voltando ao gráfico, verificamos o forte peso dos subsídios correntes, o seu valor, 2.909.615,09 euros, só não ultrapassa o valor da produção de

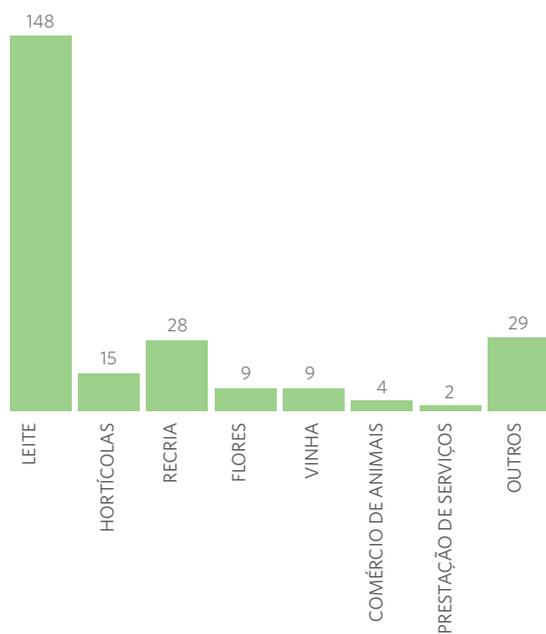


*Comércio de rações para cães; Cereais; Comércio de máquinas; Energia; Milho Padaria; Silagem; Têxtil; Edição de Livros; Turismo Rural; Imobiliária; Comércio de bebidas Alcoólicas

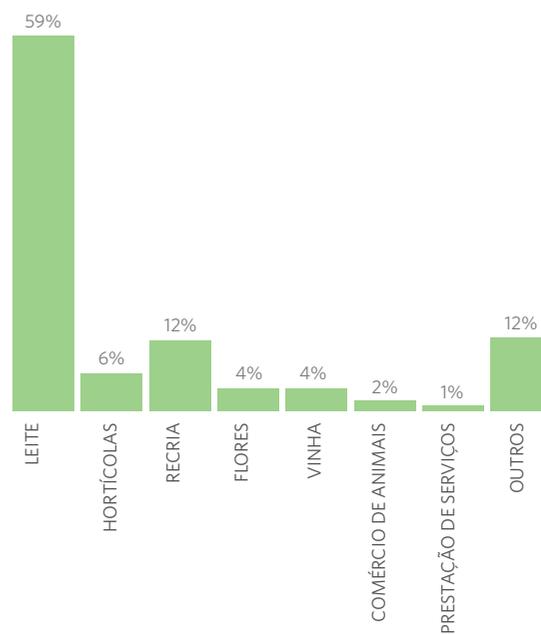
leite. É de referir que os subsídios correntes englobam todos os subsídios recebidos à excepção dos subsídios de investimento.

No próximo gráfico avalia-se o número de sócios que se dedicam a cada uma destas actividades, tendo em atenção o seguinte: Alguns dos sócios têm a combinação de produções, ou praticam actividades que não estão directamente ligadas à Agricultura. Por isso, englobamos na rubrica "Outros", os sócios que têm as seguintes actividades: *Comércio de ra-

ções para cães; Cereais; Comércio de máquinas; Energia; Milho Padaria; Silagem; Têxtil; Edição de Livros; Turismo Rural; Imobiliária; Comércio de bebidas Alcoólicas; e a combinação de duas ou mais actividades.



DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO EM FUNÇÃO DO NR DE SÓCIOS.

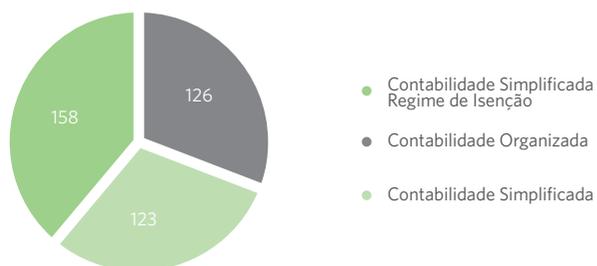


DISTRIBUIÇÃO DA PRODUÇÃO EM FUNÇÃO DO NR DE SÓCIOS.

4 REGIME DE CONTABILIDADE

Uma parte significativa dos associados do CGAB tem o regime de Contabilidade Simplificada em regime de isenção de IVA (Sócios Honorários).

As Contabilidades Organizadas têm crescido nos últimos anos, ultrapassando o Regime de Contabilidade Simplificada Regime Normal. Isto significa que 126 sócios do CGAB têm um volume de negócios igual ou superior a 150.000 euros anuais.

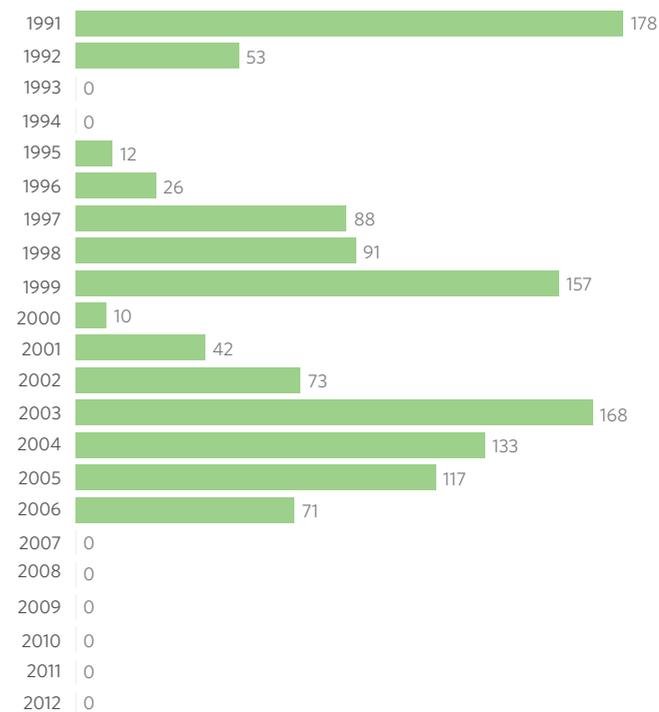


REGIME DE CONTABILIDADE

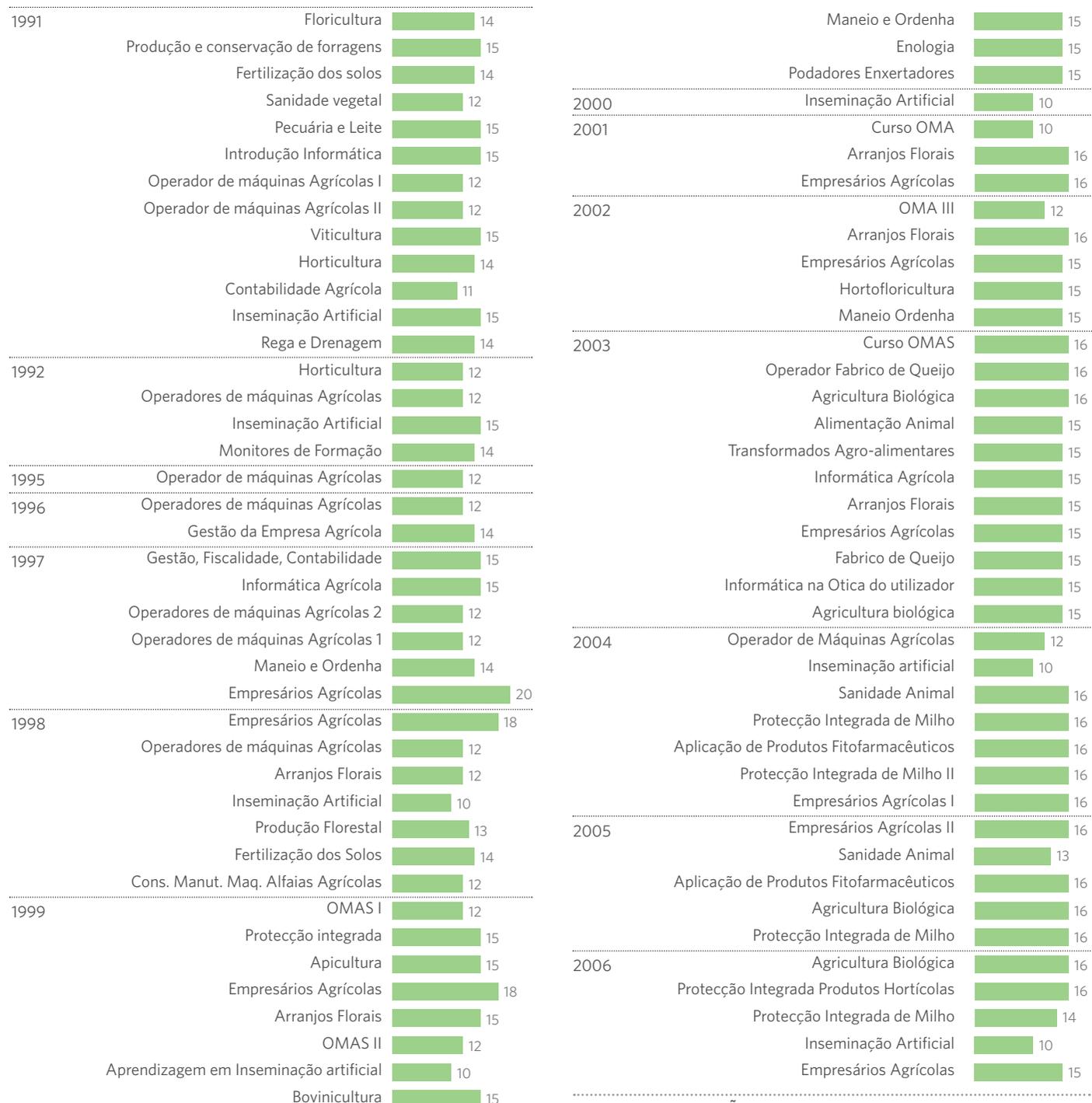
5 FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Neste capítulo, um grande esforço tem sido desenvolvido, contando o CGAB, com 74 acções de formação já realizadas desde o ano de 1991 até 2006, havendo durante todos estes anos um total de 1217 formandos.

É ainda de referir que nos anos de 1993 e 1994 não promoveu qualquer acção. Em 1995 promoveu uma acção de formação e em 1996, duas acções, voltando em 1997 a apostar na formação profissional completando seis acções de formação.



Nº DE FORMANDOS



CURSOS DE FORMAÇÃO REALIZADOS

6 CONCLUSÃO

De uma forma geral, podemos dizer que enquanto Associação, representamos uma parte importante dos produtores de leite do Concelho de Barcelos.

Atendendo que em 2012 a produção de leite no concelho ascendeu a 43.617.000euros (valor de venda do produtor), concluímos que o peso relativo dos produtores associados do Centro é de 34% (14.829.780 euros).

Por outro lado, enquanto entidade prestadora de serviços de Contabilidade de Gestão e Fiscal à promoção de acções de formação profissional, que cada vez mais se revestem de grande importância para enfrentarmos os desafios do século XXI.

7 CONSTITUIÇÃO E CORPOS SOCIAIS

Os elementos dos primeiros corpos sociais do centro de Gestão Agrícola de Barcelos, eleitos em Assembleia-geral, por um período de dois anos, aos vinte e oito dias do mês de Janeiro de **1988**, foram os seguintes:

1988

DIRECÇÃO

Presidente: José Senra Campelo

Vice - Presidente: Miguel António Dias Vale Miranda

Secretário: Manuel Araújo Costa

Tesoureiro: José Rodrigues Castro

Vogal: Américo Gonçalves da Cunha

ASSEMBLEIA - GERAL

Presidente: Abílio Mariz Pena

1º Secretário: António Luís Rodrigues Novais

2º Secretário: José Manuel Campos Lemos

CONSELHO FISCAL

Presidente: António José Pereira Ferreira

1º Secretário: Joaquim Celestino Vasconcelos Senra

2º Secretário: José Ferreira Campos

1990

Os segundos Corpos sociais tomaram posse no dia seis do mês de Abril de **1990**, por um período de dois anos, sendo da seguinte forma constituídos:

DIRECÇÃO

Presidente: José Senra Campelo
Vice - Presidente: Miguel António Dias Vale Miranda
Secretário: Américo Gonçalves Cunha
Tesoureiro: José Rodrigues Castro
Vogal: Joaquim Manuel Fernando da Silva

ASSEMBLEIA - GERAL

Presidente: José Ferreira Campos
1º Secretário: Joaquim Celestino Vasconcelos Senra
2º Secretário: Albina Ramos Casanova

CONSELHO FISCAL

Presidente: Manuel da Conceição Faria Miranda
1º Secretário: Manuel Augusto Moreira da Ponte
2º Secretário: João de Oliveira Novais

OS SUPLENTES

DIRECÇÃO

Presidente: Albino Vale Rosendo
Vice-Presidente: José Araújo Carvalho
Secretário: Manuel Guimarães da Silva
Tesoureiro: Joaquim Barbosa Dias
Vogal: Fernando Castro Alves

ASSEMBLEIA - GERAL

Presidente: Manuel Andrade Gomes
1º Secretário: Fernando Gomes Fernandes da Costa
2º Secretário: Martinho Silva Oliveira

CONSELHO FISCAL

Presidente: Abílio Oliveira Novais
1º Secretário: Manuel Júlio Matos Bogas
2º Secretário: Maria Amélia Faria Campelo Pereira

1992

Os terceiros elementos dos Corpos Sociais, tomaram posse no dia catorze do mês de Abril de **1992**, por um período de três anos, em virtude das alterações feitas à escritura inicial, sendo assim constituídos:

DIRECÇÃO

Presidente: José Senra Campelo
Vice - Presidente: Miguel António Dias Vale Miranda
Secretário: Américo Gonçalves da Cunha
Tesoureiro: Joaquim Manuel Fernandes da Silva
Vogal: António Alves Granja

ASSEMBLEIA - GERAL

Presidente: José Ferreira Campos
1º Secretário: Joaquim Celestino Vasconcelos Senra
2º Secretário: Maria Amélia Araújo D. F. Vilas Boas

CONSELHO FISCAL

Presidente: Manuel Augusto Moreira da Ponte

1º Secretário: Manuel da Conceição Faria Miranda
2º Secretário: João de Oliveira Novais

OS SUPLENTES

DIRECÇÃO

Presidente: Albino Vale Rosendo
Vice-Presidente: José Araújo Carvalho
Secretário: Manuel Guimarães da Silva
Tesoureiro: Artur Francisco Miranda Dias
Vogal: Fernando Castro Alves

ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Manuel Andrade Gomes
1º Secretário: Fernando Gomes Fernandes da Costa
2º Secretário: Martinho Silva Oliveira

CONSELHO FISCAL

Presidente: Abílio Oliveira Novais
1º Secretário: Manuel Júlio Matos Bogas
2º Secretário: Maria Amélia Faria Campelo Pereira

1995

Aos vinte e oito dias do mês de Abril de 1995, tomaram posse os quartos Corpos Sociais, por um período de três anos, assim constituídos:

DIRECÇÃO

Presidente: Joaquim Celestino Vasconcelos Senra
Vice-Presidente: José Ferreira Campos
Secretário: Adelino Mariz Varzim Miranda

Tesoureiro: Fernando Gomes Fernandes da Costa
Vogal: Martinho da Silva Oliveira

ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: José Senra Campelo
1º Secretário: Maria Amélia Araújo Dias Vilas Boas
2º Secretário: Miguel António Dias do Vale Miranda

CONSELHO FISCAL

Presidente: Joaquim Manuel Fernandes da Silva
1º Secretário: Américo Gonçalves da Cunha
2º Secretário: Manuel da Conceição Faria da Miranda

OS SUPLENTES

DIRECÇÃO

Presidente: José Fonseca Dias Pereira
Vice-Presidente: Maria Rosa Correia Salgueiro
Secretário: Domingos Senra Lopes
Tesoureiro: Manuel Ferreira Campinho
Vogal: António Baptista Nogueira

ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: João de Oliveira Novais
1º Secretário: António Alves Granja
2º Secretário: Manuel Guimarães da Silva

CONSELHO FISCAL

Presidente: Manuel Augusto Moreira da Ponte
1º Secretário: Manuel Júlio Matos Bogas
2º Secretário: Abílio de Oliveira Novais

1998

Ao quarto dia do mês de Junho de **1998**, tomaram posse os quintos Corpos Sociais, por um período de três anos, assim constituídos:

DIRECÇÃO

Presidente: Alberto Teixeira de Carvalho
Vice-Presidente: Manuel Araújo da Costa
Secretário: José Miranda Granja
Tesoureiro: Fernando Gomes Fernandes da Costa
Vogal: José Ferreira Campos

ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: José Senra Campelo
1º Secretário: Maria Amélia Araújo Dias Vilas Boas
2º Secretário: Manuel Ferreira Campinho

CONSELHO FISCAL

Presidente: Joaquim Celestino Vasconcelos Senra
1º Secretário: José Fonseca Dias Pereira
2º Secretário: Martinho Silva Oliveira

OS SUPLENTES

DIRECÇÃO

Presidente: Américo Senra Campelo
Vice-Presidente: Albino Martins Branco
Secretário: Domingues Rodrigues Lima
Tesoureiro: João Oliveira Novais
Vogal: Manuel Guimarães da Silva

ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: João de Oliveira Novais
1º Secretário: António Alves Granja
2º Secretário: Manuel Guimarães da Silva

CONSELHO FISCAL

Presidente: Américo Gonçalves da Cunha
1º Secretário: Adelino Mariz Varzim Miranda
2º Secretário: José Rodrigues Maciel

2001

Aos vinte e cinco dias do mês de Janeiro de **2001**, tomaram posse os sextos corpos sociais, por um período de três anos, assim constituídos:

DIRECÇÃO

Presidente: Alberto Teixeira Carvalho
Vice - Presidente: João Oliveira Novais
Secretário: José Ferreira Campos
Tesoureiro José Miranda da Granja
Vogal Martinho da Silva Oliveira

ASSEMBLEIA - GERAL

Presidente: José Senra Campelo
1º Secretário: Maria Amélia Araújo Dias Vilas Boas
2º Secretário: Joaquim Celestino Vasconcelos Senra

CONSELHO FISCAL

Presidente: Manuel Araújo da Costa
1º Secretário: José Fonseca Dias Pereira
2º Secretário: Agostinho da Silva Oliveira

OS SUPLENTES

DIRECÇÃO

Presidente: Américo Senra Campelo
Vice-Presidente: Albino Martins Branco
Secretário: Domingos Rodrigues Lima
Tesoureiro: Manuel Guimarães da Silva
Vogal: José Faria Oliveira

ASSEMBLEIA – GERAL

Presidente: Abílio Oliveira Novais
1º Secretário: Manuel Ferreira Campinho
2º Secretário: Joaquim Mota Duarte

CONSELHO FISCAL

Presidente: Américo Gonçalves Cunha
1º Secretário: Manuel Silva Pereira
2º Secretário: Fernando Castro Alves

2004/2007

Ao terceiro dia do mês de Junho de dois mil e quatro, tomaram posse os sétimos órgãos sociais, para o triénio 2004/2007:

DIRECÇÃO

Presidente: Alberto Teixeira Carvalho
Vice – Presidente: Martinho Silva Oliveira
Secretário: Fernando José Barbosa e Silva Soares
Tesoureiro: José Miranda Granja
Vogal: Manuel Joaquim Santos Macedo Barros

ASSEMBLEIA – GERAL

Presidente: Joaquim Celestino Vasconcelos Senra
1º Secretário: Mário Gonçalves da Silva
2º Secretário: Manuel Araújo da Costa

CONSELHO FISCAL

Presidente: José Senra Campelo
1º Secretário: José Fonseca Dias Pereira
2º Secretário: José Ferreira Campos

OS SUPLENTES

DIRECÇÃO

Presidente: Américo Senra Campelo
Vice-Presidente: Agostinho Silva Oliveira
Secretário: Domingos Rodrigues Lima
Tesoureiro: Manuel Guimarães da Silva
Vogal: José Faria de Oliveira

ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Abílio Oliveira Novais
1º Secretário: Manuel Ferreira Campinho
2º Secretário: Joaquim Mota Duarte

CONSELHO FISCAL

Presidente: Américo Gonçalves da Cunha
1º Secretário: Manuel Silva Ferreira
2º Secretário: Fernando Castro Alves

2007

Ao décimo dia do mês de Maio do ano de dois mil e sete, reuniram-se para tomada de posse dos oitavos corpos sociais:

DIRECÇÃO

Presidente: Alberto Teixeira Carvalho

Vice - Presidente: Manuel Júlio Matos Bogas

Secretário: Albino Mário Mendes Branco

Tesoureiro: José Miranda Granja

Vogal: Manuel Joaquim Santos Macedo Barros

ASSEMBLEIA - GERAL

Presidente: Joaquim Celestino Vasconcelos Senra

1º Secretário: Mário Gonçalves da Silva

2º Secretário: Manuel Araújo da Costa

CONSELHO FISCAL

Presidente: Martinho da Silva Oliveira

1º Secretário: José Ferreira Campos

2º Secretário: Manuel João Nunes Garcia

OS SUPLENTES

DIRECÇÃO

Presidente: Américo Senra Campelo

Vice-Presidente: Agostinho Senra Oliveira

Secretário: Domingos Rodrigues Lima

Tesoureiro: Manuel Guimarães da Silva

Vogal: José Faria Oliveira

ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Abílio Oliveira Novais

1º Secretário: Manuel Ferreira Campinho

2º Secretário: Joaquim Mota Duarte

CONSELHO FISCAL

Presidente: Américo Gonçalves da Cunha

1º Secretário: Manuel Silva Ferreira

2º Secretário: José Eduardo da Silva Brito

2010

Os elementos dos corpos sociais do centro de Gestão Agrícola de Barcelos, eleitos em Assembleia-geral, por um período de três anos, ao décimo dia do mês de Maio do ano de dois mil e dez, foram os seguintes:

DIRECÇÃO

Presidente: Alberto Teixeira de Carvalho

Vice - Presidente: Manuel Júlio Matos Bogas

Secretário: Carlos Alberto Teixeira Macedo

Tesoureiro: Mário Gonçalves da Silva

Vogal: Maria de La Salette da Silva Vilas Boas

ASSEMBLEIA - GERAL

Presidente: Joaquim Celestino Vasconcelos Senra

1º Secretário: José Ferreira Campos

2º Secretário: Manuel Araújo da Costa

CONSELHO FISCAL

Presidente: Martinho da Silva Oliveira

1º Secretário: Manuel João Nunes Garcia

2º Secretário: Manuel Joaquim Santos Macedo Barros

OS SUPLENTE

DIRECÇÃO

Presidente: Albino Mário Mendes Branco
Vice-Presidente: Manuel Joaquim Novais Barbosa
Secretário: José Faria de Oliveira
Tesoureiro: Domingos Rodrigues de Lima
Vogal: Paulino Senra Martins

ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Abílio Oliveira Novais
1º Secretário: Sérgio Manuel Miranda Campelo
2º Secretário: Joaquim Mota Duarte

CONSELHO FISCAL

Presidente: Américo Gonçalves da Cunha
1º Secretário: Manuel Silva Ferreira
2º Secretário: José Miranda Granja
Actualmente, os elementos dos corpos sociais do Centro de Gestão Agrícola de Barcelos para o triénio 2013/2016 são:

DIRECÇÃO

Presidente: Alberto Teixeira de Carvalho
Secretário: Martinho da Silva Oliveira
Tesoureiro: Mário Gonçalves da Silva

ASSEMBLEIA - GERAL

Presidente: Joaquim Celestino Vasconcelos Senra
1º Secretário: José Ferreira Campos
2º Secretário: Maria de La Salette Ramires da Silva

CONSELHO FISCAL

Presidente: Manuel Araújo da Costa
1º Secretário: Manuel João Nunes Garcia

2º Secretário: Manuel Joaquim Santos Macedo Barros

OS SUPLENTE

DIRECÇÃO

Presidente: Albino Mário Mendes Branco
Secretário: Manuel Joaquim Novais Barbosa
Tesoureiro: Carlos Alberto da Costa Macedo

ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Abílio Oliveira Novais
1º Secretário: Sérgio Manuel Miranda Campelo
2º Secretário: Joaquim Mota Duarte

CONSELHO FISCAL

Presidente: Américo Gonçalves da Cunha
1º Secretário: Paulino Senra Martins
2º Secretário: Manuel Guimarães da Silva

2013 / 2016

Actualmente, os elementos dos corpos sociais do Centro de Gestão Agrícola de Barcelos para o triénio 2013/2016 são:

DIRECÇÃO

Presidente: Alberto Teixeira de Carvalho
Secretário: Martinho da Silva Oliveira
Tesoureiro: Mário Gonçalves da Silva

ASSEMBLEIA - GERAL

Presidente: Joaquim Celestino Vasconcelos Senra
1º Secretário: José Ferreira Campos
2º Secretário: Maria de La Salette Ramires da Silva

CONSELHO FISCAL

Presidente: Manuel Araújo da Costa

1º Secretário: Manuel João Nunes Garcia

2º Secretário: Manuel Joaquim Santos Macedo Barros

OS SUPLENTES

DIRECÇÃO

Presidente: Albino Mário Mendes Branco

Secretário: Manuel Joaquim Novais Barbosa

Tesoureiro: Carlos Alberto da Costa Macedo

ASSEMBLEIA-GERAL

Presidente: Abílio Oliveira Novais

1º Secretário: Sérgio Manuel Miranda Campelo

2º Secretário: Joaquim Mota Duarte

CONSELHO FISCAL

Presidente: Américo Gonçalves da Cunha

1º Secretário: Paulino Senra Martins

2º Secretário: Manuel Guimarães da Silva

CONSIDERAÇÕES SOBRE O CONTEXTO ECONÓMICO E PSICO-SOCIAL, DOS SÓCIOS DO CENTRO DE GESTÃO AGRÍCOLA DE BARCELOS

Realizado durante o ano 2010

Estudo realizado no âmbito de um estágio profissional do IEFP, por Paulo Sérgio C. Gonçalves, Licenciado em Psicologia do Trabalho e Organizações.

Índice

1	Enquadramento contextual da análise	53
2	Objectivos	53
3	Metodologia	54
4	Discussão de resultados	55
5	Conclusões	60

1 ENQUADRAMENTO CONTEXTUAL DA ANÁLISE

O presente trabalho de investigação descreve os resultados obtidos num estudo realizado em Barcelos, com uma amostra de conveniência dos sócios da Associação Centro de Gestão Agrícola de Barcelos.

Privilegiou-se a observação em contexto natural, concebendo o sujeito como actor, ou seja, aquele que possui a capacidade de retractar e refractar a realidade que se procura compreender e através da redução fenomenológica, perceber quais os elementos essenciais do relato dos mesmos.

O método de abordagem utilizado foi a triangulação de dados e metodológica, embora a matriz deste estudo seja predominantemente qualitativa, apoiada sobretudo na observação fenomenológica.

No que diz respeito ao contexto geográfico em que esta análise tem lugar, podemos referir que diversas análises demográficas que têm vindo a ser realizadas nos países do Sul da Europa têm constatado o agravamento do decréscimo populacional na grande maioria dos municípios rurais. Esta constatação encontra-se reforçada também pela associação dessa evolução demográfica ao contexto económico e geográfico em que se encontram inseridos, bem como à escassa abertura que manifestam face ao exterior.

A evolução destas comunidades é marcada pela regressão demográfica e pelo envelhecimento das populações.

No que diz respeito ao Concelho de Barcelos, área geográfica da grande maioria da população objecto de estudo, indicadores demográficos indicam que este é um dos Concelhos do

interior rural Português com maior densidade demográfica, devendo-se isso, sobretudo, às actividades económicas do sector primário, que vão mantendo as populações e os núcleos familiares no Concelho.

Até que ponto é que os novos desenvolvimentos económicos, técnico -legais e sociais poderão pôr em causa a própria existência da comunidade enquanto tal, é a pergunta que se impõe fazer.

2 OBJECTIVOS

A compreensão da realidade micro estrutural e dos factores psico-sociais inerentes a esta população, bem como o levantamento de carências e dificuldades experienciadas pelos associados desta Entidade, são factores que se revelam fundamentais para o estudo de uma comunidade.

A realidade micro social tem um impacto profundo na forma como os actores sociais interagem entre si e é através de um maior entendimento desse paradigma que as relações sociais e institucionais poderão atingir um nível de eficiência e satisfação mútuas que resulte em progressivo crescimento e produtividade.

Torna-se por isso imprescindível salientar a importância do papel das Associações locais (CGAB), como aglutinadores sociais, enfatizando o seu contributo para potenciar a fixação das populações no interior rural, através da acção humana e vínculo afectivo que tem vindo a desenvolver para com os seus associados e através das acções formativas, convívios, visitas de estudo e todos os eventos de cariz social que promovem, compreendendo a natureza do relacionamento

Associado -Entidade e o grau de satisfação relativamente aos serviços prestados pelo CGAB.

Logo, pretendeu-se recolher e interpretar informações sobre as expectativas dos sócios e o seu posicionamento atitudinal perante a actividade profissional que desenvolvem, na tentativa de compreender as variáveis que intervêm no seu dia-a-dia e quais as principais dificuldades que condicionam o desenvolvimento da sua actividade.

Pretende-se desta forma, ter um conhecimento mais profundo, não só do contexto profissional, mas também do familiar e pessoal dos associados, no sentido de recolher informações que permitam deduzir uma percentagem aproximada de explorações que tenham continuidade temporal na gestão familiar e em último caso, do futuro da actividade agrícola no Concelho.

3 METODOLOGIA

Amostragem

Para compor o universo de análise realizou-se o levantamento do Arquivo dos sócios desta Associação, que até á data, se situa nos 226. Através de uma amostra de conveniência, procedeu-se á realização de entrevistas semi-estruturadas e a respectiva observação fenomenológica.

A amostragem pode ser definida como sendo um conjunto de elementos seleccionados e extraídos da população investigada, baseando-se no postulado de que as conclusões formuladas sobre a amostra, também valem para a população da qual esta foi extraída.

Rectificando este conceito, Lima (2004) afirma que a pesquisa de natureza quantitativa é caracterizada pela objectividade e rigor nos procedimentos adoptados, sendo realizada com uma amostra que tenha representatividade estatística, pois permite a generalização dos resultados obtidos para a população investigada com bom nível de confiabilidade.

Neste caso foram consideradas 145 entrevistas, num universo de 226 associados, sendo que pouco mais de 190 eram elegíveis para integrar este estudo.

Em contrapartida, a pesquisa qualitativa apoia-se na importância singular de cada fenómeno social pesquisado, por isso, dá prioridade à observação participante e descrição aprofundada, valorizando a qualidade e as multi-perspectivas resultantes das diferentes fontes de consultas investigadas.

Participantes

Os participantes do presente estudo, são associados do Centro de Gestão Agrícola de Barcelos, trabalham e residem na sua grande maioria (acima de 95%) no Concelho de Barcelos.

O critério de inclusão neste estudo, consistiu na obrigatoriedade de pertença, como associado, ao CGAB e desenvolver uma actividade directamente relacionada á Agricultura.

Foi obtido consentimento informado oral, tendo sido garantido total confidencialidade e anonimato a todos os participantes.

Foram consideradas válidas 145 entrevistas, das quais 110 pertencem a participantes da área Leiteira.

A média de idades nesta área é de 47 anos ($M=47,29$; $DP=12,52$; $Var. DP=156,76$; $mínimo=21$; $máximo=72$), sendo que 79% são do sexo masculino e 21% do sexo feminino.

Foram consideradas ainda 18 entrevistas da Área Hortofrutícola, média de idades de 45 anos ($M=44,5$; $DP=9,86$; $Var. DP=97,32$; $mínimo=30$; $máximo=62$), 50% do sexo masculino e 50% do sexo feminino.

Na Área de Recria animal, foram consideradas 11 entrevistas, cuja média de idades é de 53 anos ($M=53,09$; $DP=9,44$; $Var. DP=89,29$; $mínimo=37$; $máximo=65$), 91% do sexo masculino e 9% do sexo feminino.

Por último, na Área vitivinícola, foram consideradas 6 entrevistas, cuja média de idades se cifra nos 53 anos ($M=53,33$; $DP=13,93$; $Var. DP=194,26$; $mínimo=40$; $máximo=78$), sendo que 83% são do sexo masculino e 17% do sexo feminino.

4 DISCUSSÃO DE RESULTADOS

A indefinição relativa ao clima económico que se vive no País, foi um factor transversal, que afectou as respostas, discurso e posicionamento dos associados (amostra) relativamente a esta análise.

De facto, a percepção da evolução económica por parte dos sócios do CGAB, revela-se extremamente negativa de um modo geral, com especial incidência na área Leiteira e de Recria animal.

A elevada percentagem de associados pertencentes a estas áreas (fig 1), faz transparecer o facto de haver muitas reservas relativamente ao futuro, bem como em relação a uma porção muito significativa, das explorações agrícolas do Concelho de Barcelos.

Distribuição por actividade, da amostra objecto de estudo

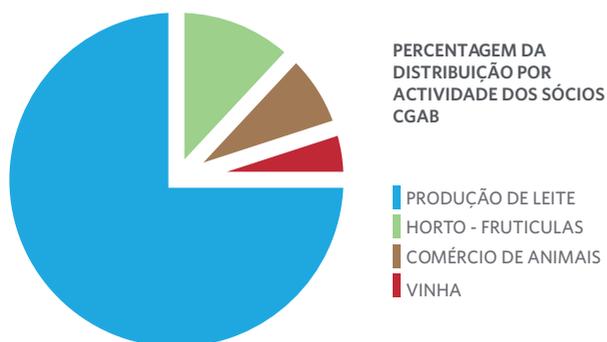


Fig 1

Esta situação parece ser sintomática no que diz respeito á manutenção futura das explorações agrícolas do concelho, facto que poderá ter repercussões no tecido social da Comunidade, se houver incapacidade para manter a grande parte das explorações no activo.

De acordo com os dados recolhidos, há evidência de uma grande resistência e falta de sensibilização para a importância

da formação profissional no sector agrícola, uma grande parte dos sujeitos opta por não tecer muitas considerações sobre o assunto, não considerando importante o investimento pessoal na formação. (fig 2).

A idade dos sujeitos revelou-se igualmente um factor potenciador da apetência para responder negativamente em relação á importância dos cursos de formação.

Contudo, a faixa etária dos 25 aos 45 anos é a que revela uma maior sensibilização relativamente á importância dos mesmos.

Associados portadores de 2 ou mais cursos de Formação Profissional

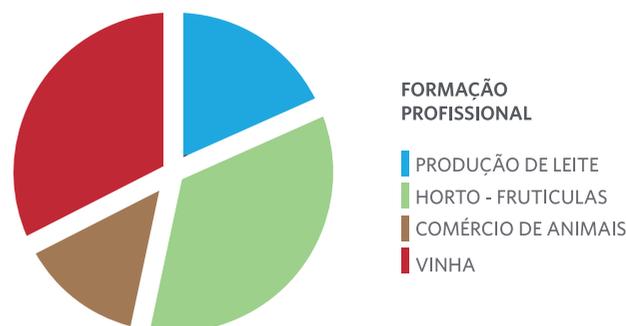


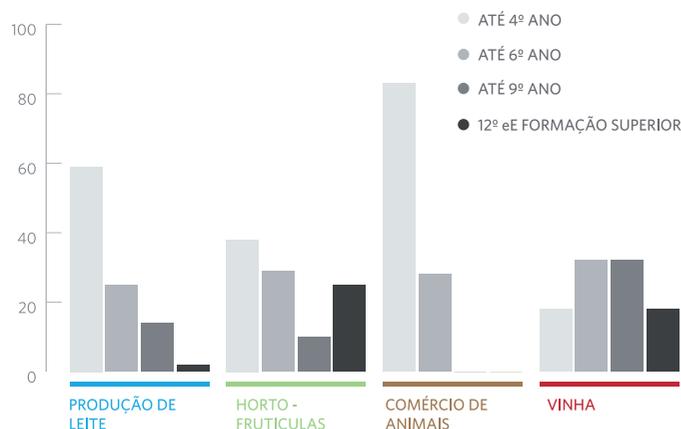
Fig 2

Relativamente á escolaridade dos sujeitos, podemos observar em baixo (fig. 3), que os valores médios no sector leiteiro e comércio de animais são os mais baixos do universo da amostra, atingindo valores de 59% e 83% respectivamente, para os sujeitos com escolaridade até ao 4ºano.

Se observarmos os valores do gráfico da fig. 2, relativo á distribuição de associados com 2 ou mais cursos de formação profissional, podemos inferir que existe uma correlação entre estes valores, concluindo que quanto mais baixa for a escolaridade, menor é a disponibilidade e o interesse em obter formação profissional especializada.

Nível de escolaridade, por actividade, dos sócios do CGAB

Fig 3



Existem contudo, outros factores de ordem social e familiar, que constituem uma variável fundamental que influencia determinadamente a realidade destes números.

Esses factores assentam sobretudo, no facto de mais de 90% das explorações de leite e de recria animal serem economias familiares, muitas vezes empregando dois ou mais membros da família.

Dessa forma, uma grande parte do conhecimento é transmitido informalmente e os procedimentos relacionados com o trabalho, tendem a cristalizar no tempo, por força do hábito e pelas características inerentes a estas áreas de actividade.

No que diz respeito às áreas hortofrutícola e vitivinícola, não será alheio o facto das especificidades destas actividades obrigarem por si só, a uma maior especificação e necessidade de formação por parte dos seus intervenientes, sendo por isso uma variável que condiciona os dados estatísticos obtidos.

Projeção da continuidade familiar das explorações dos associados do CGAB

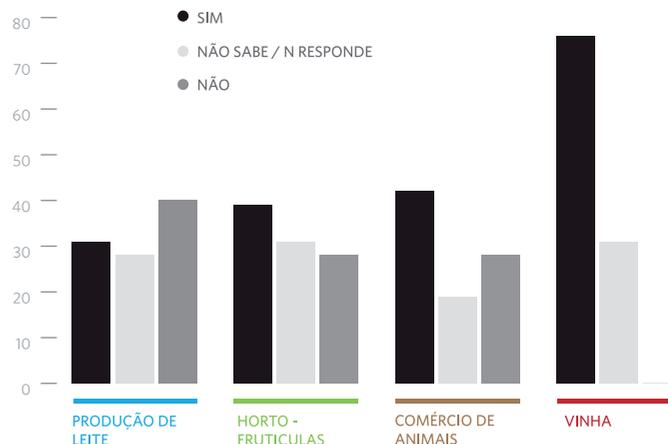


Fig 4

Um dos aspectos de maior importância que se revestiu este estudo, foi a tentativa de inferir a continuidade temporal das explorações dos associados do CGAB.

Como se pode observar no gráfico da fig. 4, cerca de 40% das explorações da área leiteira e recria animal não terão continuidade familiar e desse modo deverão extinguir-se. Existe igualmente bastante incerteza relativamente ao futuro, como se comprova pelas elevadas percentagens de indecisos, facto a que não é alheio a grave crise económica e social que atinge o País.

Contudo, (apesar da baixa representatividade) é de salientar a elevada percentagem de explorações que terão continuidade familiar, sobretudo no sector vitivinícola.

Na área hortofrutícola, apesar de haver cerca de 30% de explorações que possivelmente não terão continuidade, os números são moderadamente animadores.

Uma possível explicação para estes valores, será o facto dos empresários das áreas supracitadas se mostrarem melhor

preparados para enfrentar as adversidades que advêm da crise no sector agrícola (maior índice de escolaridade e formação profissional), não sendo alheio o facto de que a tipologia destas actividades, oferecer maior flexibilidade e permitir uma melhor adequação ao mercado; no caso da área Hortofrutícola existe sempre a possibilidade de mudar ou alternar as culturas dependendo das tendências do mercado; na área vitivinícola existe a possibilidade de alteração do produto com castas diferentes e mesmo a possibilidade de mudança de culturas, porque neste sector, o investimento inicial na maioria dos casos, é muito menor do que, por exemplo, na área Leiteira.

Apesar das condições ambientais, estruturais e os procedimentos poderem ser melhorados em todas as áreas de actividade, a alteração ou mudança de culturas só é possível nos sectores Hortofrutícola e Vitivinícola, o que confere por si só uma vantagem estrutural de grande importância, para uma Gestão eficiente e respectiva produtividade.

Perspectivas sobre a evolução económica do sector

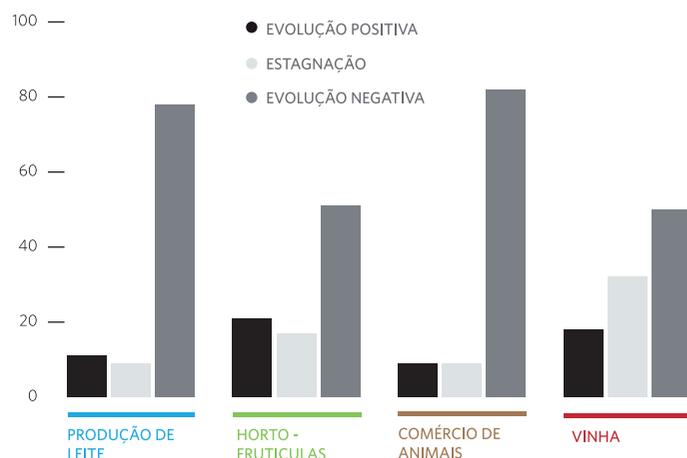


Fig. 5

Conforme se pode observar na fig. 5, os valores relativos à crença de uma evolução económica negativa são bastante elevados em todas as áreas de actividade.

Contudo, esses valores têm especial incidência nas áreas Leiteira e de Recria animal.

De facto, uma porção dos sujeitos que responderam afirmativamente quanto a uma evolução positiva, manifestaram esse sentimento, mas não sem antes contrapor que essa evolução só será possível, quando uma parte significativa dos empresários do sector abandonar a actividade.

Esta linha de pensamento é bastante sintomática do sentimento generalizado relativamente ao futuro da actividade agrícola do Concelho de Barcelos.

Aprofundando a análise, existe evidência de que o índice de pessimismo em relação à actividade, tende a subir com concomitantemente com a idade, embora a percepção relativamente à crise seja comum a todos os sujeitos, independentemente dela.

Um factor que é importante referir, é intenção quase residual (< 5%) que os associados manifestam quando se fala em investir nas suas explorações nos próximos 2 anos, bem como as reservas que demonstram quando se invoca a possibilidade de um futuro para os seus filhos no sector.

Avaliando a forma como os indicadores económicos são percebidos por parte dos sujeitos e de que forma são expressados tendo em conta o contexto psicossocial em que estão inseridos, poderá inferir-se que a magnitude deste descontentamento é mais proeminente nos associados que começaram a actividade há mais tempo e que detinham um estatuto social elevado, por força do bem-estar financeiro e social adquirido.

Devido ao aumento substancial da qualidade de vida das populações, a distância social diminuiu de forma significativa, e quem detinha uma posição mais elevada no status social, teve a tendência de perceber de forma mais negativa a evolução económica pessoal e do sector.

Desta forma, é possível relacionar o grau de pessimismo com a perda de estatuto social percebida pelo sujeito ao longo do tempo.

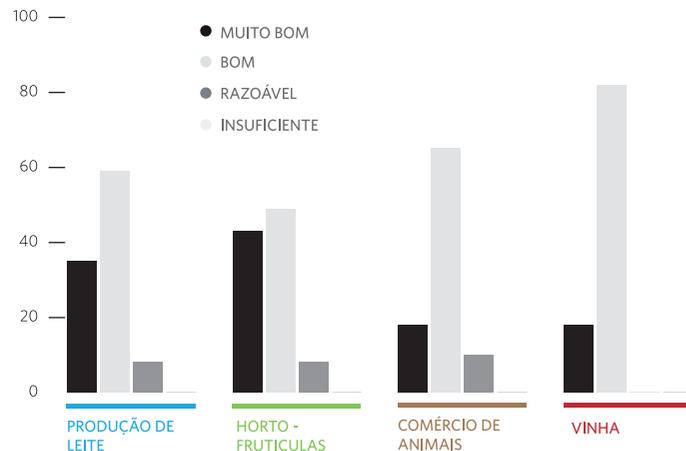


Fig 6

Um dos objectivos do presente estudo, consistiu na aferição do grau de satisfação dos Associados, para com os serviços prestados pelo CGAB.

O gráfico da fig. 6, demonstra claramente que a opinião da esmagadora maioria dos sujeitos, vai no sentido de classificar a actuação dos funcionários do Centro com Bom ou Muito Bom.

É de salientar o facto de, no universo da amostra dos sócios deste Centro, não ter havido classificações de medíocre, sendo que as classificações de razoável são quase residuais. Estes valores correspondem á constatação do excelente trabalho que o Centro tem vindo a desenvolver e á forma como tem adequado os serviços á necessidade dos seus associados.

A importância do Centro manifesta-se de forma igualmente produtiva, na forma como promove e capta os associados, familiares e comunidade em geral, para eventos que se enquadram em múltiplas valências tais como; acções formativas, convívios, visitas de estudo, acções de esclarecimento e conferências.

Como se pode constatar pelo gráfico da fig. 7, a adesão às actividades promovidas pelo CGAB é muito significativa, reforçando o papel integrador e dinamizador que o Centro tem no seio da comunidade.

Não é demais lembrar, a importância que estas actividades têm no sentido de reforçar os laços entre os associados, promovendo a interacção social no sentido de potenciar a fixação das populações no interior rural.

Participação dos associados do CGAB, nas actividades desenvolvidas pelo Centro.

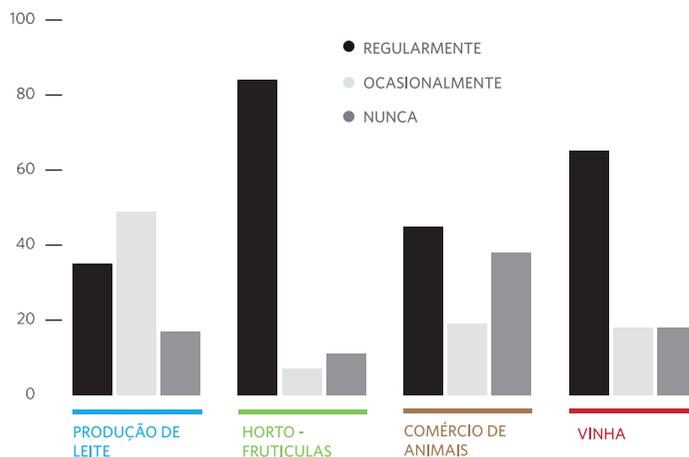


Fig. 7

No que diz respeito às principais dificuldades sentidas pelos associados do CGAB no exercício da sua actividade profissional, podemos salientar os custos de produção e o valor de mercado da matéria-prima, como uma problemática transversal a todas as áreas, embora na área vitivinícola não se verifique de forma tão significativa, com pouco mais de 30% dos sujeitos a mencionar esse factor.

No área Leiteira, a excessiva burocracia que pauta o acesso a incentivos e á legalização das explorações são uma

preocupação dominante, bem como o acesso a ajuda técnica, nomeadamente no que diz respeito á gestão das explorações e a um acesso facilitado a técnicos qualificados que possam melhorar ou introduzir procedimentos que originem uma maior produtividade.

Ora se por um lado se nota ainda muita resistência á introdução de novos procedimentos, como se comprova pelo fraco interesse pela formação profissional, poderá se influir que se houver um acompanhamento mais personalizado e no ambiente do empresário agrícola, essa resistência poderá ser mais facilmente quebrada.

Na área de Recria animal, as preocupações dos associados são muito similares ás da área Leiteira, embora com um peso menos acentuado, excepção feita ao factor de custos de produção e preço da matéria-prima.

Existe no entanto uma preocupação acrescida relativa ao factor da promoção e escoamento do produto, preocupação que é explicada pelo facto de ter havido uma quebra acentuada da procura e do preço da carne, sendo este um factor que a área Leiteira não padece, já que o escoamento se encontra, em princípio, assegurado.

Voltando á área Leiteira, uma preocupação que muita criticas mereceu dos sujeitos da amostra, deveu-se aos critérios apertados relativos á qualidade do leite, que quando não se encontra dentro de parâmetros pré-definidos, sofre penalizações do preço por litro, consideradas demasiado gravosas pelos empresários agrícolas.

Na área Hortofrutícola, para além das preocupações relativas aos custos de produção e preço da matéria-prima, os factores a que mais têm aludido os empresários agrícolas, são a promoção e escoamento do produto, escassez de ajuda técnica e questões estruturais.

Nesta actividade, a concorrência de países como a Espanha e ultimamente, de Marrocos, tem condicionado os lucros das explorações, já que as mesmas se vêem obrigadas a vender os produtos a preços muito baixos, para se imporem á concorrência.

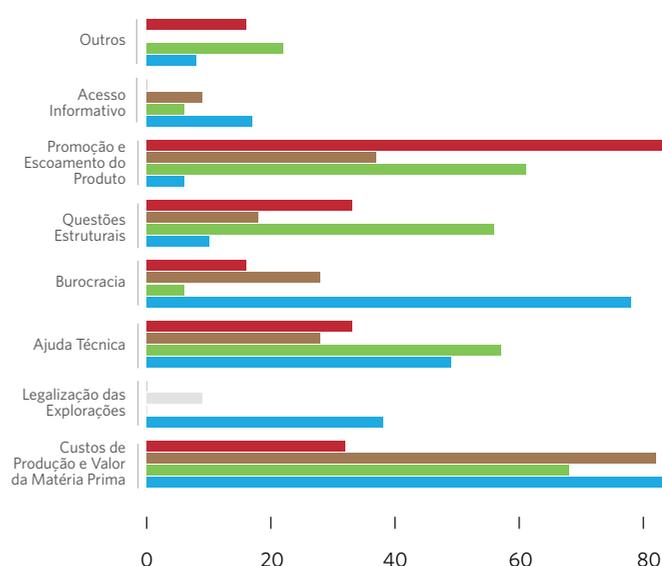


Fig 8

O acesso aos seguros parece ser uma questão de grande importância para a área Hortofrutícola, apesar de apenas 11% dos inquiridos se terem manifestado nesse sentido.

De acordo com a natureza desta actividade, existe bastante vulnerabilidade no que diz respeito às intempéries e factores de natureza ambiental em geral, deste modo, a criação de protocolos com companhias de seguros e o estabelecimento de incentivos que estimulem os empresários agrícolas a investir na segurança das suas estruturas e colheitas, parece ser de fulcral importância.

A nível estrutural, grande parte das críticas centralizam-se na ineficácia das instituições que regem o mercado hortofrutícola, existindo uma grande incerteza quanto ao valor dos produtos para além da cadeia de distribuição ser considerada ineficaz.

Relativamente á área vitivinícola, a promoção e escoamento do produto revela-se o principal factor de descontentamento na amostra objecto de estudo, com 83% dos associados a referir este factor como o maior entrave ao desenvolvimento e rentabilidade das explorações.

A promoção nacional e internacional dos vinhos da região, para facilitar o escoamento do produto e incrementar a capacidade de quota relativamente a nichos de mercado, é desta forma, fundamental para assegurar o futuro desta actividade.

Segundo os dados recolhidos da amostra, existe uma manifesta incapacidade por parte das entidades para promover os produtos regionais.

Desta forma, a promoção dos produtos e a sua comercialização parece ser uma problemática transversal aos vários empresários dos diferentes sectores, criando uma grave lacuna no dinamismo empresarial do Concelho.

Esta problemática assume características em que só através de uma implementação a nível regional e nacional, de medidas concretas e de um rumo assertivo e coerente para a valorização dos produtos nacionais nos mercados intra e extra Comunitários, se tornará possível criar valor acrescentado nos produtos comercializados e dessa forma, tornar mais competitivas as explorações.

Incentivos á actividade agrícola pretendidos pelos associados do CGAB

De acordo com o gráfico da fig. 9, podemos verificar que o incentivo á produção é a principal reivindicação dos associados do CGAB.

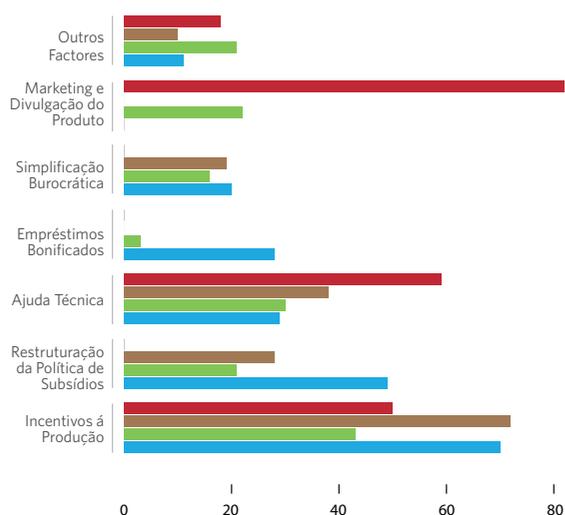


Fig 9

Podemos igualmente encontrar paralelismos com o gráfico relativo às principais dificuldades sentidas pelos associados, com factores como a falta de ajuda técnica e a simplificação burocrática a atingirem valores muito consideráveis na avaliação dos sujeitos da amostra a estes itens.

No que diz respeito aos critérios de atribuição dos subsídios, uma grande parte dos associados revela-se bastante descontente relativamente á adequação dos mesmos á realidade do sector.

Esse descontentamento pode ser verificado pela elevada percentagem de associados dos três sectores de actividade com maior representatividade no CGAB, que afirmam ser necessária uma reestruturação da política agrícola, nomeadamente no que diz respeito aos subsídios.

Críticas ao incentivo á não produção e a diminuição dos incentivos á produção propriamente dita, estão entre os principais factores a que os associados aludiram.

Como se pode observar no gráfico da fig.9, o item relativo ao marketing e divulgação dos produtos atinge 83% na área vitivinícola e 22% na área hortofrutícola, o que relacionando com os valores do gráfico da fig.8, nos permite constatar que nestas áreas de actividade (apesar da percentagem menos significativa na área hortofrutícola), a questão do escoamento, divulgação e marketing do produto, é central, no que diz respeito á dinâmica e sobrevivência das explorações.

5 CONCLUSÕES

A “situação-problema” que deu origem ao estudo incidiu no pressuposto de que para melhor compreender e interpretar as necessidades dos seus associados, uma Entidade deve aprofundar o seu conhecimento do contexto ambiental em que estes se movem, no sentido de ser adquirido um conjunto de valências que possam permitir uma aproximação cada vez maior, á realidade económica e psicossocial dos seus membros e em último caso, dos empresários agrícolas da região de Barcelos.

Logo, procurou-se através do contacto directo em contexto natural, obter informações sobre o dia - a - dia dos seus associados nas suas explorações, saber quais as suas preocupações, as dificuldades por que passam, de que forma vêem a sua actividade e que projecções fazem para o futuro.

Muitas problemáticas foram discutidas e analisadas. Tornou-se claro que os custos de produção e o valor da matéria-prima, o marketing e promoção do produto, a falta de ajuda técnica, a excessiva burocracia, a organização do mercado, a questão dos seguros contra calamidades e a legalização das explorações são as principais preocupações que afligem os associados das diferentes áreas de actividade. É de salientar, o grande número de associados descontentes com a política agrícola, nomeadamente, no que toca aos critérios de atribuição de subsídios.

No que diz respeito á legalização das explorações, é notório que existe um clima de desconfiança e indefinição muito significativo, sendo urgente informar melhor e clarificar os critérios, já que esta situação tem deixado em suspenso muitos empresários agrícolas, prejudicando inclusive o investimento neste sector.

A promoção e marketing dos produtos, revela-se igualmente uma questão de vital importância para todo o sector Agrícola, com especial incidência na área hortofrutícola e vitivinícola. É fundamental a promoção, valorização e associação de factores como a qualidade aos produtos nacionais nos Mercados, no sentido de criar valor acrescentado, para combater a concorrência de produtos estrangeiros e contrariar as directivas comunitárias que se revelam altamente penalizadoras para o sector.

Desta forma, através da criação de clusters direccionados para nichos de mercado, poderá ser possível contrariar os graves problemas que emanam dos altos custos de produção e das condicionantes estruturais da região.

Estas condicionantes, das quais o território minifundiário é o principal factor, afectam todas as áreas do sector, sendo

por isso imperativo elaborar alternativas para minimizar as dificuldades que daí derivam, nomeadamente, os altos custos de produção e subsequentemente, os baixos rendimentos. Assim, a aposta na formação profissional, nomeadamente ao nível da Gestão da exploração e de procedimentos técnicos, afigura-se como uma ferramenta indispensável para a redução de custos e otimizar os recursos das explorações. Cada vez mais, os empresários agrícolas precisarão de se especializar para conhecer as técnicas mais adequadas e eficientes e métodos de gestão que contemplem o melhor aproveitamento possível dos recursos, tendo sempre em conta o desenrolar da evolução do sector.

Apesar de esta ser uma problemática bastante complexa, visto que existe bastante resistência por parte de um número considerável de associados, relativamente á formação profissional e em inserirem na sua rotina laboral novos procedimentos e técnicas, bem como novos métodos de gestão, esse será sem dúvida um dos caminhos possíveis para sobreviver á evolução constante dos mercados e às condicionantes estruturais inerentes ao contexto em que se movem.

Neste sentido, é pertinente falar do Associativismo e em modelos de Gestão e produção conjunta. Seguindo o exemplo de Países do Norte e Centro da Europa, onde esses modelos já deram provas de grande eficiência no que diz respeito á redução de custos e optimização de recursos, são inegáveis as vantagens relativamente ao aumento da qualidade de vida dos empresários agrícolas que aderem a estes modelos.

Os ganhos são desta forma, económicos, pessoais e sociais, traduzindo-se num conjunto de vantagens que muito dificilmente se conseguiriam de outra forma. Contudo, este modelo é de difícil aplicação no contexto geográfico, cultural e social em que se insere o Concelho de Barcelos.

A tipologia minifundiária oferece bastantes obstáculos á sua

concretização, mas, com uma nova política Agrícola e novas formas de ordenação do Território, poderia ser possível dar passos no sentido de aumentar a área útil de produção e consequente utilização eficiente dos recursos, tendo como resultado uma maior competitividade e rentabilização das explorações.

Apesar das condicionantes, é essencial promover a sustentabilidade da actividade agrícola e preservar o capital humano afecto á mesma, sob o perigo dos núcleos familiares que compõem o tecido social das freguesias de Barcelos, se encontrarem ameaçados pelo fim anunciado de muitas explorações agrícolas, com especial incidência na Área Leiteira e de Recria animal.



**Associação
de Agricultores
para Agricultores**
ao serviço do Mundo Rural



